

Potengi *Holdings* S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Potengi Holdings S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

| | |
|--|----|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas..... | 1 |
| Balancos patrimoniais..... | 6 |
| Demonstrações dos resultados..... | 7 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes..... | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa..... | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis..... | 11 |



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
Potengi Holdings S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Potengi Holdings S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

Ênfase

Chamamos atenção a nota explicativa n.º 2.8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descrevem a mudança voluntária na política contábil de classificação de aplicações financeiras como equivalentes de caixa pela Companhia a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior e ao saldo de abertura do último exercício apresentado, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento da receita e custos com compra e venda de energia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu receitas operacionais consolidadas no montante de R\$ 134.932 mil, conforme divulgado na nota explicativa 13 e custos consolidados com compra de energia no montante de R\$ 59.286 mil, conforme divulgado na nota explicativa 14. As receitas são oriundas das operações de fornecimento e suprimento de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.

O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2024, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de compra e venda de energia.

A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho, ou de postergação do reconhecimento do custo. Dessa forma, existe o risco de que uma receita ou custo sejam reconhecidos fora do seu período de competência, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício.



**Shape the future
with confidence**

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita e custo em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida, além do o volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento da receita; (ii) Confronto do sumário de energia emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE com o Balanço Energético da Companhia, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada no período e os valores contabilizados, incluindo o montante não faturado reconhecido na data base e realizado em data subsequente; e (iii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as receitas e custos, incluídas nas notas 13 e 14, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas e custos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O


Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

POTENGI HOLDINGS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| Notas | Controladora | | | Consolidado | | | |
|--|--------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 01/01/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 01/01/2023 | |
| | | (Reapresentado) | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | (Reapresentado) | |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 13.527 | 113.032 | 634.853 | 71.830 | 119.128 | 635.020 |
| Contas a receber de clientes | 4 | - | - | - | 12.589 | 6.978 | - |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | | 9 | 21 | 353 | 287 | 30 | 354 |
| Cauções e depósitos vinculados | | 469 | 428 | - | 469 | 428 | - |
| Dividendos a receber | | 24.706 | 620 | - | - | - | - |
| Outros ativos | 5 | 162 | 165 | 164 | 4.175 | 15.114 | 171 |
| TOTAL ATIVO CIRCULANTE | | 38.873 | 114.266 | 635.370 | 89.350 | 141.678 | 635.545 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | | | | | |
| Cauções e depósitos vinculados | | - | - | - | 324 | 324 | 324 |
| Investimentos em controladas | 6 | 947.476 | 1.068.031 | 408.762 | - | - | - |
| Imobilizado, líquido | 7 | - | - | - | 1.024.966 | 1.029.340 | 522.325 |
| Intangível, líquido | 8 | - | - | 45.458 | 45.904 | 48.396 | 52.820 |
| Outros ativos | 5 | 10.407 | 9.320 | 1.501 | 10.407 | 9.818 | 1.501 |
| TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 957.883 | 1.077.351 | 455.721 | 1.081.601 | 1.087.878 | 576.970 |
| TOTAL DO ATIVO | | 996.756 | 1.191.617 | 1.091.091 | 1.170.951 | 1.229.556 | 1.212.515 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | | | | | | |
| Fornecedores | 9 | 49 | 873 | - | 37.954 | 22.445 | 13.422 |
| Contas a pagar - cessão de crédito | | - | - | - | - | - | 107.304 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 10 | 25.982 | 805.795 | - | 34.920 | 805.795 | - |
| Passivo de arrendamento | 11 | - | - | - | - | 284 | - |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | | - | - | 357 | 1.496 | 387 | 369 |
| Tributos a pagar | | 21 | 55 | - | 548 | 344 | 686 |
| Dividendos a pagar | | - | 3.548 | 3.548 | - | 3.548 | 3.548 |
| Provisões para processos judiciais e outros | | 470 | 430 | - | 470 | 430 | - |
| Outras obrigações | | - | - | - | - | 71 | - |
| TOTAL PASSIVO CIRCULANTE | | 26.522 | 810.701 | 3.905 | 75.388 | 833.304 | 125.329 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 10 | 468.935 | - | 699.792 | 583.071 | - | 699.792 |
| Passivo de arrendamento | 11 | - | - | - | - | 11.643 | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | - | 3.497 | 3.497 | - | 3.497 | 3.497 |
| Tributos diferidos | | 27 | 13 | - | 1.768 | 1.389 | - |
| Outras obrigações | | - | - | - | 9.425 | 2.317 | - |
| TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | 468.935 | 3.510 | 703.289 | 594.264 | 18.846 | 703.289 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | | |
| Capital social subscrito e integralizado | | 571.931 | 383.710 | 383.710 | 571.931 | 383.710 | 383.710 |
| Reserva de lucros | | - | - | 187 | - | - | 187 |
| Prejuízos acumulados | | (70.632) | (6.304) | - | (70.632) | (6.304) | - |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 12 | 501.299 | 377.406 | 383.897 | 501.299 | 377.406 | 383.897 |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 996.756 | 1.191.617 | 1.091.091 | 1.170.951 | 1.229.556 | 1.212.515 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

POTENGI HOLDINGS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Receita operacional líquida | 13 | - | - | 134.932 | 28.282 |
| Custo de produção e operação de energia | 14 | - | - | (104.047) | (13.222) |
| LUCRO BRUTO | | - | - | 30.885 | 15.060 |
| CUSTOS OPERACIONAIS | | | | | |
| Gerais e administrativas | | (774) | (289) | (1.159) | (516) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | (1) | (38) | (42) | (166) |
| TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS | | (775) | (327) | (1.201) | (682) |
| RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS | | (775) | (327) | 29.684 | 14.378 |
| RESULTADO FINANCEIRO | | | | | |
| Receitas financeiras | | 9.584 | 34.419 | 12.655 | 34.441 |
| Despesas financeiras | | (98.915) | (106.581) | (104.486) | (54.276) |
| TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO | 15 | (89.331) | (72.162) | (91.831) | (19.835) |
| Resultado de equivalência patrimonial | | 22.244 | 66.011 | - | - |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS | | (67.862) | (6.478) | (62.147) | (5.457) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | - | - | (5.054) | (391) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | (14) | (13) | (675) | (643) |
| TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO | 16 | (14) | (13) | (5.729) | (1.034) |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | | (67.876) | (6.491) | (67.876) | (6.491) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

POTENGI HOLDINGS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|----------------|-----------------|----------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Prejuízo do exercício | (67.876) | (6.491) | (67.876) | (6.491) |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS | (67.876) | (6.491) | (67.876) | (6.491) |

POTENGI HOLDINGS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| Descrição | Notas | Reserva de Lucros | | Reserva de incentivos fiscais | Prejuízo acumulado | Total do Patrimônio Líquido |
|--|-----------|-------------------|---------------|-------------------------------|--------------------|-----------------------------|
| | | Capital social | Reserva legal | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 383.710 | 187 | - | - | 383.897 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | - | (6.491) | (6.491) |
| Reversão da reserva legal | | - | (187) | - | 187 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 12 | 383.710 | - | - | (6.304) | 377.406 |
| Aumento de capital | | 188.221 | - | - | - | 188.221 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | - | (67.876) | (67.876) |
| Reversão dos saldos declarados de dividendos | | - | - | - | 3.548 | 3.548 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 12 | 571.931 | - | - | (70.632) | 501.299 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

POTENGI HOLDINGS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|-----------------|------------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| | | (Reapresentado) | | (Reapresentado) |
| Atividades operacionais: | | | | |
| Prejuízo do exercício | (67.876) | (6.491) | (67.876) | (6.491) |
| Ajustes para conciliar o prejuízo do período com o caixa das atividades operacionais: | | | | |
| Depreciação e amortização | 3.108 | - | 40.128 | 9.640 |
| Variação monetária e cambial | 15 28.911 | (38) | 30.441 | (38) |
| Atualização da provisão para custos socioambientais | 15 - | - | 280 | - |
| Juros sobre passivo de arrendamento | 15 - | - | 1.666 | 128 |
| Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados | 15 70.724 | 55.237 | 71.843 | 107.801 |
| Provisão para custos socioambientais | 15 - | - | 524 | - |
| Tributos e contribuições sociais diferidos | 16 14 | - | 675 | - |
| Baixa de bens do ativo | - | - | (337) | 12 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 6 (25.353) | (13.856) | - | - |
| | 9.528 | 34.852 | 77.344 | 111.052 |
| Variação de ativos e passivos operacionais | (1.876) | (5.941) | 24.440 | (177.922) |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | (14) | (124) | (3.287) | (124) |
| Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados | (164.999) | - | (164.999) | - |
| Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento | 11 - | - | (1.666) | (128) |
| Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais | (157.361) | 28.787 | (68.168) | (67.122) |
| Atividades de investimentos: | | | | |
| Aquisições de ativo imobilizado e intangível | - | - | (38.724) | (446.589) |
| (Aumento) redução de capital em controladas | 6 118.714 | (421.640) | - | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 6 - | (126.780) | - | - |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | 118.714 | (548.420) | (38.724) | (446.589) |
| Atividades de financiamentos: | | | | |
| Ingressos de novos empréstimos | 10 - | - | 122.849 | - |
| Ingressos de novos empréstimos e debêntures | 10 510.000 | - | 510.000 | - |
| Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios) | 10 (31.105) | (1.798) | (33.502) | (1.798) |
| Pagamentos de passivo arrendamentos (principal) | 11 - | - | - | 7 |
| Aumento (redução) de capital | 12 184.724 | - | 184.724 | - |
| Aplicações de garantias de financiamento | - | (390) | - | (390) |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal) | (724.477) | - | (724.477) | - |
| Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos | (60.858) | (2.188) | 59.594 | (2.181) |
| Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | (99.505) | (521.821) | (47.298) | (515.892) |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 113.032 | 634.853 | 119.128 | 635.020 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 13.527 | 113.032 | 71.830 | 119.128 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Potengi Holdings S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 01 de junho de 2021, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 7º andar, Pinheiros, São Paulo, que tem por objeto social a participação, direta e exclusiva, no capital de outras sociedades como acionista, quotista, por meio de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei, que atuem na área de geração de energia elétrica em toda as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente das usinas.

A Companhia é controlada diretamente pela Tucano Holding I S.A. ("Tucano") e indiretamente pela Auren Participações S.A. (anteriormente denominada AES Brasil Energia S.A.) e pela Auren Energia S.A.

A Companhia possui quatro unidades produtoras de energia eólica:

| Descrição | Atividade | Sede | Participação | |
|--|----------------|-------------------|--------------|------|
| | | | 2024 | 2023 |
| Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Pedro Avelino, RN | 100% | 100% |
| Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Lajes, RN | 100% | 100% |
| Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Angicos, RN | 100% | 100% |
| Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A. | Geração eólica | Lajes, RN | 100% | 100% |

As controladas possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ("ANEEL") a seguinte autorização e registro de geração, conforme Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e portaria do Ministério de Minas e Energia ("MME"):

| Parque Gerador | Contrato / Leilão | Portaria MME/ANEEL | Publicação portaria | Vigência da autorização | Prazo de autorização | Quantidade de aerogeradores | Capacidade instalada MW | Garantia física MW |
|-----------------|-------------------|--------------------|---------------------|-------------------------|----------------------|-----------------------------|-------------------------|--------------------|
| Santa Tereza 01 | ACL | REA 9262/2020 | 09/10/20 | 08/10/55 | 35 anos | 7 | 39,9 | 23,3 |
| Santa Tereza 04 | ACL | REA 9265/2020 | 09/10/20 | 08/10/55 | 35 anos | 7 | 39,9 | 18,2 |
| Santa Tereza 10 | ACL | REA 9271/2020 | 09/10/20 | 08/10/55 | 35 anos | 9 | 51,3 | 25,6 |
| São Ricardo 11 | ACL | REA 9484/2020 | 26/11/20 | 25/11/55 | 35 anos | 6 | 34,2 | 15,7 |
| Total | | | | | | 29 | 165,3 | 82,8 |

1.1. Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 21 de março de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia e suas controladas consideraram as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Apesar do risco de *Constrained-off* mencionado na nota 17 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

2.5. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia e suas controladas avaliaram os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

| | |
|---|--|
| Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 | As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. |
|---|--|

2.6. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

| Norma | Alteração |
|--|--|
| IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras | O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. |
| IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações | Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS |
| Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial | Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. |
| Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade | As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. |

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS--Continuação

2.7. Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

2.8. Revisão de política contábil

A Companhia, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, procedeu a revisão da sua política contábil relativa à classificação de aplicações financeiras de curto prazo como equivalentes de caixa. A Companhia avaliou que o referido alinhamento resulta em informação mais relevante para os usuários das suas demonstrações contábeis, uma vez que a Empresa julga que a nova prática contábil é melhor que a anteriormente adotada, por ser mais aderente à prática adotada por outras companhias abertas.

As aplicações financeiras de curto prazo da Companhia vinham sendo classificadas de acordo com o prazo de vencimento, na data de sua aquisição. Dessa forma, apenas as aplicações com prazos de vencimento iguais ou menores que 90 dias eram classificadas como equivalentes de caixa, visto que esse é o indicado no IAS 7/CPC 03, e tal diretriz está alinhada com a política e estratégia de gerenciamento de caixa do acionista anterior. Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias eram classificadas como investimentos de curto prazo. A Companhia analisou a movimentação dos seus investimentos de curto prazo e concluiu que as aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, ainda que com prazo de contratação superior a 90 dias, podem ser resgatadas dentro de 90 dias, conforme seus compromissos de curtíssimo prazo, sem perda de valor em caso de resgate antecipado, ou seja, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, atingindo assim a definição de equivalente de caixa. Adicionalmente, o Grupo Auren gerencia o seu caixa considerando tais aplicações financeiras como parte da disponibilidade imediata, diferente do acionista anterior.

Dessa forma, a Companhia voluntariamente reclassificou as para equivalentes de caixa as aplicações financeiras cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias, porém não possuem risco de perda de valor caso o resgate ocorra em data anterior ao vencimento, e que anteriormente estavam classificadas como investimentos de curto prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS--Continuação

2.8. Revisão de política contábil--Continuação

Em 1º de janeiro de 2023 foi reclassificado o valor de R\$540.112 na Controladora e no Consolidado, e em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$110.068 na Controladora e no Consolidado, da rubrica de “investimento de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”.

Adicionalmente, houve uma redução na atividade de investimento de R\$430.044 na Controladora e no Consolidado, conforme demonstrado a seguir:

| 01/01/2023 | Controladora | | | Consolidado | | |
|--|------------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|
| | Original | Reclassificação | Reapresentado | Original | Reclassificação | Reapresentado |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 94.741 | 540.112 | 634.853 | 94.908 | 540.112 | 635.020 |
| Investimentos de curto prazo | 540.112 | (540.112) | - | 540.112 | (540.112) | - |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 353 | - | 353 | 354 | - | 354 |
| Outros ativos | 164 | - | 164 | 171 | - | 171 |
| TOTAL ATIVO CIRCULANTE | 635.370 | - | 635.370 | 635.545 | - | 635.545 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | | | | |
| Investimentos em controladas | 408.762 | - | 408.762 | - | - | - |
| Cauções e depósitos vinculados | - | - | - | 324 | - | 324 |
| Outros ativos | 1.501 | - | 1.501 | 1.501 | - | 1.501 |
| Imobilizado, líquido | - | - | - | 522.325 | - | 522.325 |
| Intangível, líquido | 45.458 | - | 45.458 | 52.820 | - | 52.820 |
| TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE | 455.721 | - | 455.721 | 576.970 | - | 576.970 |
| TOTAL DO ATIVO | 1.091.091 | - | 1.091.091 | 1.212.515 | - | 1.212.515 |
| 31/12/2023 | | | | | | |
| | Controladora | | | Consolidado | | |
| | Original | Reclassificação | Reapresentado | Original | Reclassificação | Reapresentado |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.964 | 110.068 | 113.032 | 9.060 | 110.068 | 119.128 |
| Investimentos de curto prazo | 110.068 | (110.068) | - | 110.068 | (110.068) | - |
| Contas a receber de clientes | - | - | - | 6.978 | - | 6.978 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 21 | - | 21 | 30 | - | 30 |
| Cauções e depósitos vinculados | 428 | - | 428 | 428 | - | 428 |
| Dividendos a receber | 620 | - | 620 | - | - | - |
| Outros ativos | 165 | - | 165 | 15.114 | - | 15.114 |
| TOTAL ATIVO CIRCULANTE | 114.266 | - | 114.266 | 141.678 | - | 141.678 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | | | | |
| Investimentos em controladas | 1.068.031 | - | 1.068.031 | - | - | - |
| Cauções e depósitos vinculados | - | - | - | 324 | - | 324 |
| Imobilizado, líquido | - | - | - | 1.029.340 | - | 1.029.340 |
| Intangível, líquido | - | - | - | 48.396 | - | 48.396 |
| Outros ativos | 9.320 | - | 9.320 | 9.818 | - | 9.818 |
| TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE | 1.077.351 | - | 1.077.351 | 1.087.878 | - | 1.087.878 |
| TOTAL DO ATIVO | 1.191.617 | - | 1.191.617 | 1.229.556 | - | 1.229.556 |

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS--Continuação

2.8. Revisão de política contábil--Continuação

| 31/12/2023 | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Original | Reclassificação | Reapresentação | Original | Reclassificação | Reapresentação |
| Atividades operacionais: | | | | | | |
| Prejuízo do exercício | (6.491) | - | (6.491) | (6.491) | - | (6.491) |
| Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais: | | | | | | |
| Depreciação e amortização | - | - | - | 9.640 | - | 9.640 |
| Varição monetária | (38) | - | (38) | (38) | - | (38) |
| Juros sobre arrendamentos e aluguéis | - | - | - | 128 | - | 128 |
| Receita aplicação financeira em investimento curto prazo | (35.395) | 35.395 | - | (35.395) | 35.395 | - |
| Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados | 55.237 | - | 55.237 | 107.801 | - | 107.801 |
| Baixa de bens do ativo | - | - | - | 12 | - | 12 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (13.856) | - | (13.856) | - | - | - |
| | (543) | 35.395 | 34.852 | 75.657 | 35.395 | 111.052 |
| Variação dos ativos e passivos operacionais: | | | | | | |
| | (7.473) | 1.532 | (5.941) | (179.454) | 1.532 | (177.922) |
| Juros resgatados de investimentos de curto prazo | 37.838 | (37.838) | - | 37.838 | (37.838) | - |
| (Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo | 429.133 | (429.133) | - | 429.133 | (429.133) | - |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | (124) | - | (124) | (124) | - | (124) |
| Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento | - | - | - | (128) | - | (128) |
| Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais | 458.831 | (430.044) | 28.787 | 362.922 | (430.044) | (67.122) |
| Atividades de investimentos: | | | | | | |
| Aquisições de ativo imobilizado e intangível | - | - | - | (446.589) | - | (446.589) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | (421.640) | - | (421.640) | - | - | - |
| Aplicações/Resgates investimentos cp | (126.780) | - | (126.780) | - | - | - |
| Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos | (548.420) | - | (548.420) | (446.589) | - | (446.589) |
| Atividades de financiamentos: | | | | | | |
| Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios) | (1.798) | - | (1.798) | (1.798) | - | (1.798) |
| Pagamentos de passivo arrendamentos (principal) | - | - | - | 7 | - | 7 |
| Aplicações de garantias de financiamento | (390) | - | (390) | (390) | - | (390) |
| Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos | (2.188) | - | (2.188) | (2.181) | - | (2.181) |
| (Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa | | | | | | |
| | (91.777) | (430.044) | (521.821) | (85.848) | (430.044) | (515.892) |
| No início do exercício | 94.741 | 540.112 | 634.853 | 94.908 | 540.112 | 635.020 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 2.964 | 110.068 | 113.032 | 9.060 | 110.068 | 119.128 |

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os CDBs e Quotas de fundos de investimento são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

| Caixa e equivalentes de caixa | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---------------|-----------------|-----------------|---------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 01/01/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 01/01/2023 |
| | | (Reapresentado) | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | (Reapresentado) |
| Numerário disponível | 222 | 66 | 187 | 5.255 | 1.016 | 354 |
| Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operação compromissada | 11.186 | 112.966 | 634.666 | 36.523 | 118.112 | 634.666 |
| Quotas de fundos de investimento (a) | 2.119 | - | - | 30.052 | - | - |
| Total | 13.527 | 113.032 | 634.853 | 71.830 | 119.128 | 635.020 |

(a) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas.

Os Certificados de Depósitos Bancários, Operações compromissadas e Quotas de fundo de investimento em 31 de dezembro de 2024 possuem liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 97,75% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (102,14% em 31 de dezembro de 2023).

4 CONTAS A RECEBER

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

| | Consolidado | | | |
|------------------------------|--------------------|----------------|---------------|--------------|
| | Saldos vencidos | Saldos | 2024 | 2023 |
| | | Até 90 dias | | |
| CIRCULANTE | | | | |
| Contratos de energia eólicos | 12.157 | 270 | 12.427 | 4.558 |
| Mercado de curto prazo | 162 | - | 162 | 2.420 |
| Total | 12.319 | 270 | 12.589 | 6.978 |

5 OUTROS ATIVOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|--------------|---------------|---------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Ativo circulante | | | | |
| Despesas pagas antecipadamente | - | - | 1.327 | 1.335 |
| Multa por compensação de fornecedores (i) | - | - | 2.682 | 13.615 |
| Outros | 162 | 165 | 166 | 164 |
| Subtotal | 162 | 165 | 4.175 | 15.114 |
| Ativo não circulante | | | | |
| Imposto de renda | 10.407 | 9.096 | 10.407 | 9.095 |
| Contribuição social | - | 224 | - | 723 |
| Subtotal | 10.407 | 9.320 | 10.407 | 9.818 |
| Total | 10.569 | 9.485 | 14.582 | 24.932 |

- (i) Refere-se à compensação a receber por atraso na conclusão das obras do Complexo Cajuína, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

6 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Companhia detém investimentos em Companhias controladas diretas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial. No consolidado, os ativos, passivos, receitas e despesas não são consolidados.

(a) A composição dos investimentos é a seguinte:

| | Controladora | |
|---|----------------|------------------|
| | 2024 | 2023 |
| Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial | 903.841 | 1.022.982 |
| Direito de exploração de autorização (i) | 43.635 | 45.049 |
| Total | 947.476 | 1.068.031 |

- (i) Refere-se a aquisição de Complexos eólicos e são amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e os saldos são transferidos para o intangível no consolidado.

(b) A movimentação dos investimentos é a seguinte:

| Movimentação dos investimentos | Saldos em 31 de dezembro de 2023 | Aumento (redução) de capital | Dividendos de controladas | AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital | Equivalência Patrimonial | Amortização de juros capitalizados | Amortização do Direito de exploração e autorização (ii) | Saldos em 31 de dezembro de 2024 |
|--------------------------------|----------------------------------|------------------------------|---------------------------|--|--------------------------|------------------------------------|---|----------------------------------|
| Santa Tereza 01 | 234.656 | (90.804) | (7.850) | (31.470) | 8.263 | (188) | (340) | 112.267 |
| Santa Tereza 04 | 280.146 | 41.320 | (1.148) | (40.450) | 1.208 | (340) | (345) | 280.391 |
| Santa Tereza 10 | 317.810 | 25.510 | (11.710) | (24.540) | 12.326 | (706) | (436) | 318.254 |
| São Ricardo 11 | 235.419 | 32.040 | (3.378) | (30.320) | 3.556 | (461) | (292) | 236.564 |
| Total | 1.068.031 | 8.066 | (24.086) | (126.780) | 25.353 | (1.695) | (1.413) | 947.476 |

| Movimentação dos investimentos | Saldos em 31 de dezembro de 2022 | Aumento de capital | Dividendos de controladas | AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital | Equivalência Patrimonial | Capitalização de juros (i) | Direito de exploração e autorização (ii) | Saldos em 31 de dezembro de 2023 |
|--------------------------------|----------------------------------|--------------------|---------------------------|--|--------------------------|----------------------------|--|----------------------------------|
| Santa Tereza 01 | 96.386 | 89.685 | (6) | 31.470 | 528 | 5.762 | 10.831 | 234.656 |
| Santa Tereza 04 | 81.752 | 127.135 | (468) | 40.450 | 10.003 | 10.519 | 10.755 | 280.146 |
| Santa Tereza 10 | 122.627 | 132.635 | (90) | 24.540 | 2.014 | 21.977 | 14.107 | 317.810 |
| São Ricardo 11 | 107.997 | 72.185 | (56) | 30.320 | 1.311 | 14.306 | 9.356 | 235.419 |
| Total | 408.762 | 421.640 | (620) | 126.780 | 13.856 | 52.564 | 45.049 | 1.068.031 |

- (i) Juros capitalizados: Com o objetivo de financiar principalmente a construção deste empreendimento, a Controladora captou recursos por meio de empréstimo de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”.

- (ii) Correspondem aos direitos de exploração e de autorização decorrentes da aquisição de ativos, que são amortizados pelo prazo de autorização. Com a entrada em operação dos empreendimentos, o montante passou a ser amortizado. O montante compõe o resultado de equivalência patrimonial apresentado na demonstração do resultado.

6 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS--Continuação

(c) As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

| Controladas | Quantidade de ações do capital social | Percentual de participação | Valor do ativo | Valor do passivo | Valor do patrimônio líquido | Valor do capital social | Lucro líquido do exercício |
|-----------------|---------------------------------------|----------------------------|----------------|------------------|-----------------------------|-------------------------|----------------------------|
| Santa Tereza 01 | 186.794.515 | 100% | 239.273 | 143.820 | 95.453 | 94.921 | 8.263 |
| Santa Tereza 04 | 208.890.924 | 100% | 273.446 | 13.789 | 259.657 | 250.211 | 1.208 |
| Santa Tereza 10 | 255.807.031 | 100% | 311.160 | 27.428 | 283.732 | 281.317 | 12.326 |
| São Ricardo 11 | 180.155.712 | 100% | 227.355 | 13.862 | 213.493 | 212.196 | 3.556 |
| | | | 1.051.234 | 198.899 | 852.335 | 838.645 | 25.353 |

7 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subseqüentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos solares e eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

7 IMOBILIZADO--Continuação

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

| CONSOLIDADO | | | | |
|---|--|------------------|-----------------------|------------------|
| | | 2024 | | 2023 |
| | Taxas médias anuais de depreciação (%) | Custo | Depreciação acumulada | Saldos líquidos |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 3,81% | 163.621 | (7.257) | 156.364 |
| Máquinas e equipamentos | 3,81% | 909.205 | (41.544) | 867.661 |
| Imobilizado em serviço | | 1.072.826 | (48.801) | 1.024.025 |
| Imobilizado em curso (i) | | 941 | - | 941 |
| Bens vinculados às concessões e autorizações | | 1.073.767 | (48.801) | 1.024.966 |
| Direito de uso de terreno arrendado | | - | - | 11.898 |
| Total | | 1.073.767 | (48.801) | 1.029.340 |

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Santa Tereza, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas.

b) A movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

| CONSOLIDADO | | | | | | | |
|---|------------------|-------------------|------------------------------|--------------------|--------------|---------------------|----------------------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | Adições | Remensuração (ii) | Provisão para desmobilização | Transferências (i) | Baixas | Juros capitalizados | Saldos em 31 de dezembro de 2024 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 123.445 | - | - | 40.176 | - | - | 163.621 |
| Máquinas e equipamentos | 640.861 | - | 6.128 | 262.218 | (2) | - | 909.205 |
| Imobilizado em curso | 262.311 | 35.637 | - | (297.007) | - | - | 941 |
| Direito de uso de terreno arrendado | 11.922 | - | (11.927) | 5 | - | - | - |
| Subtotal | 1.038.539 | 35.637 | (11.927) | 6.128 | (2) | - | 1.073.767 |
| Depreciação/Amortização | (9.199) | (38.665) | - | (1.276) | 339 | - | (48.801) |
| Total líquido | 1.029.340 | (3.028) | (11.927) | 6.128 | 4.116 | 337 | 1.024.966 |

| CONSOLIDADO | | | | | | | |
|---|----------------|----------------|------------------------------|----------------|-------------|---------------------|----------------------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | Adições | Remensuração | Provisão para desmobilização | Transferências | Baixas | Juros capitalizados | Saldos em 31 de dezembro de 2023 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | - | - | - | 123.445 | - | - | 123.445 |
| Máquinas e equipamentos | 16 | 1.151 | 1.169 | 596.496 | (16) | 42.045 | 640.861 |
| Imobilizado em curso | 522.312 | 445.438 | - | (715.958) | - | 10.519 | 262.311 |
| Direito de uso de terreno arrendado | - | 10.835 | 1.087 | - | - | - | 11.922 |
| Subtotal | 522.328 | 457.424 | 1.087 | 3.983 | (16) | 52.564 | 1.038.539 |
| Depreciação/Amortização | (3) | (9.229) | - | 32 | 4 | (3) | (9.199) |
| Total líquido | 522.325 | 448.195 | 1.087 | 4.015 | (12) | 52.561 | 1.029.340 |

- (i) Os montantes de transferências e reclassificações são referentes às unitizações ocorridas após o término do período de construção, através da emissão de laudo final emitido por consultoria especializada contratada. Estas reclassificações são necessárias para uma correta apresentação dos custos de imobilizado. O montante final de R\$4.116 refere-se às transferências ocorridas da rubrica de Intangível para Imobilizado.
- (ii) A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento, concluindo pela remensuração da estimativa contábil daqueles que possuem contraprestação variável. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

7 IMOBILIZADO--Continuação

b) A movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:--Continuação

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

8 INTANGÍVEL

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em combinação de negócio, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais, de concessão ou autorização, são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

a) A composição do ativo intangível é a seguinte:

| | CONSOLIDADO | | | | |
|---|--|---------------|-----------------------|-----------------|-----------------|
| | 2024 | | | 2023 | |
| | Taxas médias anuais de amortização (%) | Custo | Amortização acumulada | Saldos líquidos | Saldos líquidos |
| Software e outros intangíveis | 20,00% | 2.386 | (117) | 2.269 | 3.347 |
| Direito de exploração e autorização (i) | 2,86% | 45.458 | (1.823) | 43.635 | 45.049 |
| Total | | 47.844 | (1.940) | 45.904 | 48.396 |

(i) Correspondem aos direitos de exploração e de autorização decorrentes da aquisição de ativos, que são amortizados pelo prazo de autorização.

b) A movimentação do ativo intangível é a seguinte:

| | Consolidado | | | |
|---|-------------------------------------|-------------------------------|--------------|---------------|
| | Direito de exploração e autorização | Software e outros intangíveis | | Total |
| | | Em curso | Em serviço | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 45.049 | 1.724 | 1.623 | 48.396 |
| Adições | - | 3.087 | - | 3.087 |
| Transferências e reclassificações (i) | - | (4.811) | 695 | (4.116) |
| Amortizações | (1.414) | - | (49) | (1.463) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 43.635 | - | 2.269 | 45.904 |

8 INTANGÍVEL--Continuação

b) A movimentação do ativo intangível é a seguinte: --Continuação

| | Consolidado | | | Total |
|---------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|------------|---------|
| | Direito de exploração e autorização | Software e outros intangíveis | | |
| | | Em curso | Em serviço | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 45.458 | 7.362 | - | 52.820 |
| Adições | - | (5.638) | 1.655 | (3.983) |
| Transferências e reclassificações (i) | - | - | (32) | (32) |
| Amortizações | (409) | - | - | (409) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 45.049 | 1.724 | 1.623 | 48.396 |

(i) Refere-se a transferências do intangível para imobilizado.

9 FORNECEDORES

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|---------------|---------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST | - | - | 934 | 5.170 |
| Materiais e Serviços | 49 | 873 | 35.554 | 17.132 |
| Energia elétrica comprada para revenda | - | - | 180 | - |
| Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas | - | - | 1.286 | 143 |
| Total | 49 | 873 | 37.954 | 22.445 |

10 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures são compostos da seguinte forma:

| | Controladora | | | | | | | Total circulante + não circulante |
|-------------------------------|---------------|---------------------|----------------|---------------|---------------------|-----------------|----------------|-----------------------------------|
| | 2024 | | | | | | | |
| | Circulante | | | | Não Circulante | | | |
| Principal | Encargos | Custos de transação | Total | Principal | Custos de transação | Total | | |
| Debêntures | | | | | | | | |
| 1ª Emissão Potengi (1ª Série) | 8.747 | 887 | (1.041) | 8.593 | 305.140 | (16.662) | 288.478 | 297.071 |
| 1ª Emissão Potengi (2ª Série) | 17.447 | 564 | (622) | 17.389 | 191.007 | (10.577) | 180.430 | 197.819 |
| Total da dívida | 26.194 | 1.451 | (1.663) | 25.982 | 496.147 | (27.239) | 468.908 | 494.890 |

| | Consolidado | | | | | | | Total circulante + não circulante |
|-------------------------------|---------------|---------------------|----------------|---------------|---------------------|-----------------|----------------|-----------------------------------|
| | 2024 | | | | | | | |
| | Circulante | | | | Não Circulante | | | |
| Principal | Encargos | Custos de transação | Total | Principal | Custos de transação | Total | | |
| Debêntures | | | | | | | | |
| 1ª Emissão Potengi (1ª Série) | 8.747 | 887 | (1.041) | 8.593 | 305.140 | (16.662) | 288.478 | 297.071 |
| 1ª Emissão Potengi (2ª Série) | 17.447 | 564 | (622) | 17.389 | 191.007 | (10.577) | 180.430 | 197.819 |
| Subtotal | 26.194 | 1.451 | (1.663) | 25.982 | 496.147 | (27.239) | 468.908 | 494.890 |
| Empréstimos | | | | | | | | |
| FDNE - Santa Tereza 01 | 7.999 | 1.062 | (123) | 8.938 | 116.383 | (2.220) | 114.163 | 123.101 |
| Subtotal | 7.999 | 1.062 | (123) | 8.938 | 116.383 | (2.220) | 114.163 | 123.101 |
| Total da dívida | 34.193 | 2.513 | (1.786) | 34.920 | 612.530 | (29.459) | 583.071 | 617.991 |

| | Controladora e Consolidado | | | | |
|-------------------------------------|----------------------------|---------------------|----------------|----------------|-----------------------------------|
| | 2023 | | | | |
| | Circulante | | | | Total circulante + não circulante |
| Principal | Encargos | Custos de transação | Total | | |
| Empréstimos e Financiamentos | | | | | |
| Nota comercial | 700.000 | 108.795 | (3.000) | 805.795 | 805.795 |
| Subtotal | 700.000 | 108.795 | (3.000) | 805.795 | 805.795 |
| Total da dívida | 700.000 | 108.795 | (3.000) | 805.795 | 805.795 |

10 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES – Continuação

A movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

| | Controladora | Consolidado |
|---|------------------------------|--|
| | Empréstimos e financiamentos | Empréstimos, financiamentos e debêntures |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 699.792 | 699.792 |
| Encargos financeiros | 105.166 | 105.166 |
| Diferimento dos custos de transação | (1.798) | (1.798) |
| Amortização dos custos de transação | 2.635 | 2.635 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 805.795 | 805.795 |
| Ingressos | 510.000 | 632.849 |
| Encargos financeiros | 67.054 | 68.118 |
| Variação monetária | 28.952 | 30.482 |
| Pagamento de principal | (724.477) | (724.477) |
| Pagamento de encargos financeiros | (164.999) | (164.999) |
| Diferimento dos custos de transação | (31.105) | (33.502) |
| Amortização dos custos de transação | 3.670 | 3.725 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 494.890 | 617.991 |

Características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:

| Companhia | Descrição | Valor Ingresso | Data Emissão | Taxa Contratual | Pagamento de Juros | Sistema de amortização do Principal | Montante | Vencimento | Covenants | Finalidade |
|-----------------------|------------------------------------|----------------|-------------------|-----------------|--------------------|---------------------------------------|----------|------------------|---|---|
| Potengi Holdings S.A. | 1ª Emissão - Debêntures (1ª série) | 300.000 | Janeiro de 2024 | IPCA + 7,37% | Semestral | Semestral | 297.071 | Dezembro de 2041 | Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"); calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: $\geq 1,1x$ | Emissão de longo prazo em substituição a de curto prazo emitida em dezembro de 2022. |
| Potengi Holdings S.A. | 1ª Emissão - Debêntures (2ª série) | 210.000 | Abril de 2024 | IPCA + 7,04% | Dezembro de 2024 | Semestral | 197.819 | Dezembro de 2042 | Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"); calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: $\geq 1,1x$ | Emissão de longo prazo em substituição a de curto prazo emitida em dezembro de 2022. |
| Santa Tereza 01 | FDNE - Santa Tereza 01 | 122.849 | Fevereiro de 2024 | IPCA + 2,93% | Junho de 2025 | Semestral (a partir de junho de 2025) | 123.101 | Dezembro de 2043 | Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"); calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: $\geq 1,2x$ | Emissão de longo prazo para pagamento parcial da Nota Comercial da Potengi Holding S.A. (dívida de curto prazo) |

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

10 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES – Continuação

| | Controladora | | |
|----------------|----------------|---------------------|----------------|
| | Debêntures | Custos de transação | Total |
| 2026 | 25.385 | (1.664) | 23.721 |
| 2027 | 27.303 | (1.664) | 25.639 |
| 2028 | 31.241 | (1.664) | 29.577 |
| 2029 | 23.743 | (1.664) | 22.079 |
| 2030 | 26.001 | (1.664) | 24.337 |
| 2031 em diante | 362.474 | (18.919) | 343.555 |
| | 496.147 | (27.239) | 468.908 |

| | Consolidado | | | |
|----------------|----------------|------------------------------|---------------------|----------------|
| | Debêntures | Empréstimos e financiamentos | Custos de transação | Total |
| 2026 | 25.385 | 6.555 | (1.787) | 30.153 |
| 2027 | 27.303 | 6.555 | (1.787) | 32.071 |
| 2028 | 31.241 | 6.555 | (1.787) | 36.009 |
| 2029 | 23.743 | 6.555 | (1.787) | 28.511 |
| 2030 | 26.001 | 6.555 | (1.787) | 30.769 |
| 2031 em diante | 362.474 | 83.608 | (20.524) | 425.558 |
| | 496.147 | 116.383 | (29.459) | 583.071 |

11 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

| Passivo de arrendamento | Consolidado |
|--|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | - |
| Ingressos | 11.922 |
| Encargos financeiros | 128 |
| Pagamento de encargos financeiros | (128) |
| Pagamento de principal | 7 |
| Outros ajustes | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 11.927 |
| Remensuração (i) | (11.927) |
| Encargos financeiros | 1.666 |
| Pagamento de encargos financeiros | (1.666) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | - |

- (i) A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento. Ao se aplicarem as premissas do grupo Auren, concluiu-se pela necessidade de reavaliação recorrente da estimativa contábil daqueles contratos que possuem contraprestação variável atrelado ao faturamento. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 571.931 (R\$383.710 em 31 de dezembro de 2023) representado por (i) 137.263.429 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; (ii) 6.863.171 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal e (iii) 130.428.155 ações preferenciais classe B, nominativas e sem valor nominal.

| 2024 | | | | |
|-------------------------------|-----------------------|--------------------|--------------------|-------------|
| Acionistas | | | | |
| | Tucano Holding I S.A. | BRF S.A | Total | % de ações |
| Tipo de ação | | | | |
| Quantidade de ONs | 6.863.171 | 130.400.256 | 137.263.428 | 49,99% |
| Quantidade de PNA | - | 6.863.171 | 6.863.171 | 2,50% |
| Quantidade de PNB | 130.428.155 | - | 130.428.155 | 47,51% |
| Total | 137.291.326 | 137.263.427 | 274.554.754 | 100% |
| Participação Acionária | 50,00% | 50,00% | | |

| 2023 | | | | |
|-------------------------------|-----------------------|-------------------|--------------------|-------------|
| Acionistas | | | | |
| | Tucano Holding I S.A. | BRF S.A | Total | % de ações |
| Tipo de ação | | | | |
| Quantidade de ONs | 4.604.533 | 87.486.122 | 92.090.655 | 50,00% |
| Quantidade de PNA | - | 4.604.533 | 4.604.533 | 2,50% |
| Quantidade de PNB | 43.752.250 | - | 43.752.250 | 23,80% |
| Quantidade de PNC | 43.752.250 | - | 43.752.250 | 23,80% |
| Total | 92.109.033 | 92.090.655 | 184.199.688 | 100% |
| Participação Acionária | 50,00% | 50,00% | | |

Aumento de Capital Social

Em 09 de outubro de 2024, a Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social no valor de R\$94.221 mediante a emissão de:

- 22.624.636 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal,
- 1.119.365 novas ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal,
- 10.743.445 novas ações preferenciais classe B, nominativas e sem valor nominal, e
- 10.743.445 novas ações preferenciais classe C, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas. Nessa mesma data, a Administração da Companhia aprovou a conversão da totalidade das ações preferenciais classe C, equivalente a 54.495.695 ações preferenciais de titularidade da Tucano Holding I em 54.495.695 ações preferenciais classe B, nominativas, sem valor nominal.

Adicionalmente, em 11 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social no valor de R\$94.000 mediante a emissão de:

- 22.548.138 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal,
- 1.139.273 novas ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e
- 21.436.765 novas ações preferenciais classe B, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas.

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO--Continuação

12.2 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 100% do Lucro Líquido do Exercício.

O lucro da Companhia será distribuído entre os acionistas ordinários e preferenciais, de acordo com o seu percentual de participação no total de ações, incluindo classes de ações preferenciais.

As ações preferenciais possuem as seguintes características:

- I. Ações preferenciais A: direito ao recebimento de dividendos a partir do prazo de fornecimento de energia elétrica. A classe A recebe dividendos 1:1 com acionistas ordinários.
- II. Ações preferenciais B: direito ao recebimento de dividendos a partir do prazo de fornecimento de energia elétrica. A classe B recebe dividendos de 3,68 vezes o valor atribuído a cada ação ordinária e por ação preferencial classe A.

13 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

13 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA--Continuação

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE--Continuação

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

| | Consolidado | |
|------------------------------------|----------------|---------------|
| | 2024 | 2023 |
| Contratos de energia eólicos | 138.554 | 11.547 |
| Mercado de curto prazo | 2.117 | 3.323 |
| Outros (i) | (746) | 14.538 |
| Receita operacional bruta | 139.925 | 29.408 |
| (-) PIS e COFINS | (4.993) | (1.003) |
| (-) ICMS | - | (123) |
| Receita operacional líquida | 134.932 | 28.282 |

- (i) Refere-se à multa por atraso na conclusão das obras, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

14 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

| | Consolidado | |
|---|------------------|-----------------|
| | 2024 | 2023 |
| Custo da produção de energia elétrica | | |
| Contratos bilaterais | (3) | (10) |
| Contratos com partes relacionadas | (45.670) | - |
| Mercado de curto prazo | (2.349) | - |
| Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica | (10.491) | (3.500) |
| Taxa de fiscalização ANEEL | (773) | (2) |
| Subtotal | (59.286) | (3.512) |
| Custo da operação | | |
| Serviços de terceiros | (1.914) | (3) |
| Material | (18) | - |
| Depreciação e amortização | (40.106) | (9.640) |
| Seguros | (2.456) | - |
| Arrendamentos e aluguéis | (115) | (55) |
| Contribuições setoriais | (154) | - |
| Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível | - | (12) |
| Outras receitas (custos) operacionais | 2 | - |
| Subtotal | (44.761) | (9.710) |
| Total | (104.047) | (13.222) |

15 RESULTADO FINANCEIRO

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|------------------|------------------|-----------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 9.066 | 35.861 | 11.749 | 35.906 |
| Renda de cauções e depósitos judiciais | 41 | 38 | 41 | 38 |
| PIS e COFINS sobre receita financeira | (468) | (1.679) | (468) | (1.716) |
| Atualização de créditos tributários | 945 | 199 | 946 | 198 |
| Outras receitas financeiras | - | - | 387 | 15 |
| Subtotal | 9.584 | 34.419 | 12.655 | 34.441 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Encargos financeiros de dívidas | (70.088) | (93.106) | (71.207) | (93.107) |
| Atualização monetária de processos judiciais e outros | (40) | (40) | (40) | (40) |
| Atualização monetária de empréstimos e financiamentos | - | - | (1.530) | - |
| Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos | (28.952) | (14.694) | (28.952) | (14.694) |
| Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso | - | - | - | 52.564 |
| Juros sobre passivo de arrendamento | - | - | (1.669) | (128) |
| Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) | 183 | 1.268 | (6) | 1.160 |
| Provisão e atualização de custos socioambientais | - | - | (806) | - |
| Outras despesas financeiras | (18) | (9) | (276) | (31) |
| Subtotal | (98.915) | (106.581) | (104.486) | (54.276) |
| Total | (89.331) | (72.162) | (91.831) | (19.835) |

16 COMPOSIÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apurou os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2024.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

No regime sobre o lucro presumido apurado pelas Controladoras é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

16 COMPOSIÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL--Continuação

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|--------------|----------------|----------------|
| | 2024 | | 2024 | |
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Resultado antes dos tributos | (67.862) | (67.862) | (62.147) | (62.147) |
| Alíquota Nominal | 25% | 9% | 25% | 9% |
| IRPJ e CSLL | 16.966 | 6.108 | 15.537 | 5.593 |
| Adições e Exclusões à base: | | | | |
| Equivalência Patrimonial | 6.692 | 2.408 | - | - |
| Atualização de indébito tributário | 236 | 85 | 236 | 85 |
| Prejuízo fiscal sem diferido constituído | (23.381) | (8.417) | (23.381) | (8.417) |
| Ajuste Lucro Presumido | - | - | 3.953 | 896 |
| Diferença temporária sem diferido constituído | (523) | (188) | (523) | (188) |
| Outros Ajustes | - | - | 352 | 128 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (10) | (4) | (3.826) | (1.903) |
| Alíquota Efetiva | 0,01% | 0,01% | 6,16% | 3,06% |
| Corrente | - | - | (3.307) | (1.747) |
| Diferido | (10) | (4) | (519) | (156) |
| Total | (10) | (4) | (3.826) | (1.903) |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 2023 | | 2023 | |
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Resultado antes dos tributos | (6.478) | (6.478) | (5.457) | (5.457) |
| Alíquota Nominal | 25% | 9% | 25% | 9% |
| IRPJ e CSLL | 1.620 | 583 | 1.364 | 491 |
| Adições e Exclusões à base: | | | | |
| Equivalência Patrimonial | 3.464 | 1.247 | - | - |
| Atualização de indébito tributário | 50 | 18 | 50 | 18 |
| Prejuízo fiscal sem diferido constituído | (4.738) | (1.706) | (4.738) | (1.706) |
| Ajuste Lucro Presumido | - | - | 3.049 | 987 |
| Diferença temporária sem diferido constituído | (405) | (146) | (405) | (146) |
| Ajuste de Imposto | (1) | 1 | 2 | - |
| Outros Ajustes | (1) | 1 | 2 | - |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (10) | (3) | (678) | (356) |
| Alíquota Efetiva | 0,16% | 0,05% | 12,42% | 6,52% |
| Corrente | - | - | 259 | 132 |
| Diferido | 10 | 3 | 419 | 224 |
| Total | 10 | 3 | 678 | 356 |

17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

17.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

17.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros--Continuação

| | Consolidado | | | | Categoria | |
|---|-------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------------------------|
| | 2024 | | 2023 | | | |
| | Notas | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | | Valor justo |
| ATIVO (Circulante e não circulante) | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) | 3 | 5.255 | 5.255 | 1.016 | 1.016 | Custo amortizado |
| Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), Operação compromissada e Quotas de fundos de investimento | 3 | 66.575 | 66.575 | 118.112 | 118.112 | Valor justo por meio do resultado |
| Contas a receber de clientes | 4 | 12.589 | 12.589 | 6.978 | 6.978 | Custo amortizado |
| Cauções e depósitos vinculados | | 793 | 793 | 752 | 752 | Custo amortizado |
| Total | | 85.212 | 85.212 | 126.858 | 126.858 | |
| PASSIVO (Circulante e não circulante) | | | | | | |
| Fornecedores | 9 | 37.954 | 37.954 | 22.445 | 22.445 | Custo amortizado |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 10 | 617.991 | 529.883 | 805.795 | 785.556 | Custo amortizado |
| Passivo de arrendamento | 11 | - | - | 11.927 | 11.927 | Custo amortizado |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | | - | - | 3.548 | 3.548 | Custo amortizado |
| Total | | 655.945 | 567.837 | 843.715 | 823.476 | |

17.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) **Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)**

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) **Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) **Risco de crédito**

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

17.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.1) Risco de crédito--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| | | Reapresentado | | Reapresentado |
| Caixa e equivalentes de caixa | 13.527 | 113.032 | 71.830 | 119.128 |
| Contas a receber de clientes | - | - | 12.589 | 6.978 |
| Cauções e depósitos vinculados | 469 | 428 | 793 | 752 |
| Total | 13.996 | 113.460 | 85.212 | 126.858 |

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS--Continuação

17.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.2) Risco de gerenciamento de capital--Continuação

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: Empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| | | Reapresentado | | Reapresentado |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 494.890 | 805.795 | 617.991 | 805.795 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (13.527) | (113.032) | (71.830) | (119.128) |
| Dívida líquida | 481.363 | 692.763 | 546.161 | 686.667 |
| Patrimônio líquido | 501.299 | 377.406 | 501.299 | 377.406 |
| Dívida líquida / Patrimônio líquido | 96,02% | 183,56% | 108,95% | 181,94% |

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica "Empréstimos, Financiamentos e Debêntures" e "Passivo de arrendamento" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na Nota 10. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

| | Consolidado | | | | | Saldos em 31 de dezembro de 2024 | Saldos em 31 de dezembro de 2023 |
|--|------------------|-----------------|----------------|----------------|------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| | Menos de 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 2 anos | De 2 a 5 anos | Mais que 5 anos | | |
| Fornecedores | 37.954 | - | - | - | - | 37.954 | 22.445 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | - | 86.148 | 176.310 | 291.582 | 1.516.707 | 2.070.747 | 855.921 |
| Passivo de arrendamento | - | - | - | - | - | - | 11.927 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | - | - | - | - | - | - | 3.548 |
| Total | 37.954 | 86.148 | 176.310 | 291.582 | 1.516.707 | 2.108.701 | 893.841 |

17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS--Continuação

17.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.4) Risco de mercado

Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | |
| Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), Operação compromissada e Quotas de fundos de investimento | 13.305 | 112.966 | 66.575 | 118.112 |
| Cauções e depósitos vinculados | 469 | 428 | 793 | 752 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (494.890) | (805.795) | (617.991) | (805.795) |
| Total | (481.116) | (692.401) | (550.623) | (686.931) |

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e dívidas.

| Equivalentes de caixa | Risco | Posição em 31/12/2024 | Projeção Resultado financeiro - 01 ano | | | | |
|---|-------|-----------------------|--|-------------------|------------------|--------------------|-------------------|
| | | | Cenário I (-50%) | Cenário II (-25%) | Cenário Provável | Cenário III (+25%) | Cenário IV (+50%) |
| CDI | | | 6,95% | 10,43% | 13,90% | 17,38% | 20,85% |
| Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), Operação compromissada e Quotas de fundos de investimento | CDI | 66.575 | 4.627 | 6.944 | 9.254 | 11.571 | 13.881 |
| Impacto no resultado | | | 4.627 | 6.944 | 9.254 | 11.571 | 13.881 |
| Total da exposição líquida | | | 4.627 | 6.944 | 9.254 | 11.571 | 13.881 |

| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Risco | Posição em 31/12/2024 | Projeção Resultado financeiro - 01 ano | | | | |
|--|-------|-----------------------|--|-------------------|------------------|--------------------|-------------------|
| | | | Cenário I (-50%) | Cenário II (-25%) | Cenário Provável | Cenário III (+25%) | Cenário IV (+50%) |
| IPCA | | | 2,50% | 3,75% | 5,00% | 6,25% | 7,50% |
| 1ª Emissão Potengi (1ª Série) | IPCA | 314.774 | 31.648 | 35.873 | 40.097 | 44.322 | 48.547 |
| 1ª Emissão Potengi (2ª Série) | IPCA | 209.018 | 20.308 | 23.105 | 25.902 | 28.698 | 31.495 |
| FDNE - Santa Tereza 01 | IPCA | 125.444 | 6.903 | 8.517 | 10.131 | 11.745 | 13.359 |
| Impacto no resultado | | | 58.859 | 67.495 | 76.130 | 84.765 | 93.401 |
| Total da exposição líquida | | | 58.859 | 67.495 | 76.130 | 84.765 | 93.401 |

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2024.

17.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.5) Risco de aceleração de dívidas--Continuação

A não observância dos índices financeiros por dois trimestres consecutivos, verificados trimestralmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da controlada indireta Auren Participações e da Companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia e de suas controladas estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao grupo econômico da Potengi, incluindo as sociedades por ela controladas direta ou indiretamente, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do grupo Auren e BRF é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, que consolida o compromisso das empresas do Grupo com o desenvolvimento sustentável e determina as diretrizes a serem incorporadas na gestão cotidiana dos negócios da Auren, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

17.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

Constrained-off de usinas eólicas--Continuação

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do *constrained-off*.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Para as usinas de fonte solar, a ANEEL aprovou em setembro de 2024 a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que estabelece os procedimentos e os critérios para apuração e pagamento de restrições da operação de usinas solares fotovoltaicas por *constrained-off*.

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

17.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

Constrained-off de usinas eólicas--Continuação

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off* e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por *constrained-off* para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais recontabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.